

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo aborda os elementos que compõe a etapa inicial do trabalho, desde a delimitação do tema até a organização capitular.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Dom João VI, em 22 de janeiro de 1808, chegava a Salvador com a sua família real portuguesa, em fuga das tropas do exército francês, comandadas por Napoleão Bonaparte, que expandia seu domínio sobre a Península Ibérica. Acerca desse assunto, lança-se o seguinte tema: **Uma abordagem historiográfica sobre a família real portuguesa no Brasil.**

1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Levando-se em conta o fato da família real portuguesa se fixar em território brasileiro e o transformá-lo em uma sede de governo, várias questões podem ser levantadas, como: Quais os motivos que levaram a corte portuguesa a vir para o Brasil? Em quais condições ocorreu a viagem? Quais foram as reações da corte portuguesa e da população brasileira ao se avistarem pela primeira vez? Quais foram as medidas que Dom João VI impôs ao chegar no Brasil? O que de fato mudou com a sua chegada? Destas questões, centra-se apenas uma, que deverá nortear a pesquisa: **Quais impactos trouxe a presença da família real portuguesa em território brasileiro, considerando que era uma terra colonial de Portugal?**

1.3 JUSTIFICATIVA

Não existe fato histórico que fale por si mesmo. Nesse sentido, o trabalho proposto vem a contribuir para um olhar mais amplo sobre um acontecimento histórico que marcou e ainda marca a formação brasileira: a fuga da família real portuguesa para o Brasil. Trata-se de um evento em construção, que suscita muitas interpretações.

O historiador é aquele que constrói o seu objeto de investigação. “Todo o fato histórico é historiográfico”, mesmo que pareça estar consagrado no campo

oficial da História brasileira. (GOMES, 2007, p. 68). Vale a pena mergulhar em fatos históricos que parecem esgotados. Daí o grande desafio desta pesquisa, que consiste em suscitar um olhar mais apurado sobre aspectos ainda mal contornados na historiografia.

Quanto ao aspecto factual, a fuga da Família Real, em novembro de 1807, partindo de Lisboa com destino ao Brasil, devido a pressão de Napoleão Bonaparte, foi marcada por muitos perigos e desafios. Além da tempestade em alto mar, a corte teve de se alimentar da comida a bordo infestada por insetos, foram atacados por uma praga de piolhos e muitas outras dificuldades para chegar ao seu destino em pleno verão no Brasil, enquanto em Portugal era inverno.

A Família Real manteve-se, no Brasil, até muito tempo entre sua chegada e regresso, ficando marcado pela independência, em 1822, e pela República, em 1889. É inegável até nos dias de hoje as influências da família real, os acertos e as “trapalhadas” na sua administração, bem como a grande influência que exerceram sobre a cultura do povo brasileiro.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar a vinda da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, como um fato histórico relevante para a formação brasileira.

1.4.2 Objetivos Específicos

- a) Demonstrar como era a situação econômica e política de Portugal e do Brasil na época da chegada da Família Real.
- b) Contextualizar a viagem da Família Real ao Brasil.
- c) Relacionar as transformações econômicas e políticas advindas da chegada da Família Real ao Brasil

1.5 DELINEAMENTO DA PESQUISA

1.5.1 Método

Os métodos de procedimento utilizados na pesquisa consistiram no monográfico e no comparativo. O primeiro deve-se a preocupação com o aprofundamento do tema em estudo e o segundo, a necessidade de comparações entre leis, normas e doutrinas.

Para Motta (2012, p. 98), “o método monográfico é aquele que analisa, de maneira ampla, profunda e exaustiva, determinado tema-questão-problema.” E o método comparativo consiste “[...] na verificação de semelhanças e diferenças entre duas ou mais pessoas, empresas, tratamentos, técnicas, etc., levando-se em conta a relação presente entre os aspectos comparados” (MOTTA, 2012, p. 96).

O método de abordagem que se aplicou na pesquisa é o do tipo dedutivo, uma vez que se analisarão documentos, inerentes às normas e leis, e doutrinas vinculadas ao tema proposto no projeto. Do âmbito geral para o específico. Assim, trata-se de um método “[...] que parte sempre de enunciados gerais (premissas) para chegar a uma conclusão particular.” (HENRIQUES; MEDEIROS apud MOTTA, 2012, p. 86).

1.5.2 Tipo de Pesquisa

A pesquisa proposta para o trabalho monográfico, quanto ao seu objetivo, consistiu no tipo exploratória, pois proporciona “[...] maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.” (GIL, 2002, p. 41). Envolve levantamento bibliográfico, sem desenvolver análises mais detidas.

Quanto aos procedimentos na coleta de dados, desenvolveu-se uma pesquisa de tipo bibliográfica, que decorre da necessidade de se fazer leituras, análises e interpretações de fontes secundárias (livros, revistas, jornais, monografias, teses, dissertações, relatórios de pesquisa, doutrinas, etc.). A finalidade desta consiste em colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que já foi escrito ou dito sobre o tema em estudo. (MOTTA, 2012). É uma pesquisa que explica o tema em questão à luz dos modelos teóricos pertinentes.

1.6 ORGANIZAÇÃO DO PLANO CAPITULAR

No capítulo 2 vimos que a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil foi determinada pelo contexto daquele período, onde Inglaterra e França disputavam o

domínio econômico na Europa, pela conquista de mercados. O capítulo 3 aborda-se a viagem da família real portuguesa até as terras de Salvador, destacando, entre outros aspectos, como uma travessia cheia de aflições e sofrimentos. Em relação ao capítulo 4, descreve-se a chegada da Corte Real ao Rio de Janeiro, como um encontro de dois mundos, costumes estranhos e bem distantes. De um lado uma monarquia europeia com suas vestimentas totalmente diferentes daquela que se encontrou na sua colônia. Do outro lado, estava uma cidade colonial quase africana, com a maior parte da população formada por negros, mestiços e mulatos. No capítulo 5 destaca-se que os tratados assinados entre D. João e o governo inglês, que ampliava as liberdades concedidas pela abertura dos portos e dava novas vantagens à entrada dos produtos ingleses no Brasil.

2 O CONTEXTO EUROPEU E A FUGA DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA AO BRASIL¹

Entender o contexto europeu daquela época é muito importante para termos maior clareza sobre aspectos que envolveram a vinda da Corte portuguesa ao Brasil. A ideia de usar o Brasil como refúgio real já era antiga. Nesse sentido, para proporcionar uma visão de conjunto da época, exporemos a seguir um olhar sobre a Europa imperial napoleônica.

2.1 A EUROPA DA ÉPOCA DA FAMÍLIA REAL

Em 1807, o imperador francês era o senhor absoluto da Europa. Seus exércitos haviam colocado de joelhos todos os reis e rainhas do continente, um após o outro derrotados de maneira surpreendente e brilhante. Só não haviam conseguido vencer a Inglaterra.

Figura 1 - Napoleão Bonaparte (1769-1821) – Imperador dos Franceses.



Fonte: Biblioteca Nacional

¹ A base textual desse capítulo alinha-se com as ideias de Laurentino Gomes, em sua obra, “1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil”, que se encontra relacionada nas referências.

Protegidos pelo Canal da Mancha, os ingleses evitaram o confronto direto em terra com as forças de Napoleão. Ao mesmo tempo, haviam se consolidado como os senhores dos mares, na Batalha de Trafalgar, em 1805, quando sua Marinha de Guerra, sob o comando de Lord Nelson, destruiu na entrada do Mediterrâneo, as esquadras combinadas da França e da Espanha. A batalha colocava em questão a invasão das ilhas britânicas, uma pretensão de Napoleão Bonaparte em acabar com o poderio econômico e militar inglês.

A Marinha britânica saiu vitoriosa da batalha, causando grandes danos as forças navais de Napoleão Bonaparte. Após essa derrota em Trafalgar, Bonaparte desistiu de tentar invadir a Inglaterra, adotando outra tática contra os ingleses, a do Bloqueio Continental, ou seja, fechando os portos europeus ao comércio de produtos britânicos. Suas ordens foram imediatamente obedecidas por todos os países, com uma única exceção: o pequeno e desprotegido Portugal.

A Inglaterra era uma antiga aliada de Portugal, desde 1373. Por isso D. João relutava em ceder às exigências do imperador francês. Dom João sabia que ele e Portugal estavam numa enorme encrenca. Ou cedia a Napoleão e adería ao Bloqueio Continental, ou aceitava a oferta dos aliados ingleses, que garantiam proteger o rei na viagem para o Brasil, levando junto a família real, a maior parte da nobreza, seus tesouros e todo o aparato do Estado.

Aparentemente era uma oferta generosa. Mas, na prática, tratava-se de uma chantagem política.

Se o príncipe regente ficasse do lado de Napoleão, os ingleses não só bombardeariam Lisboa e sequestrariam a frota portuguesa, como muito provavelmente tomariam suas colônias ultramarinas, das quais o país dependia para sobreviver. Por outro lado, com o apoio dos ingleses, o Brasil, a maior e mais rica dessas colônias, certamente declararia sua independência mais cedo do que se esperava, seguindo o exemplo dos Estados Unidos e de seus vizinhos, nos territórios espanhóis. E, sem o Brasil, Portugal não seria nada. Uma terceira alternativa consistia em permanecer em Portugal, enfrentar Napoleão e lutar ao lado dos ingleses na defesa do país, mesmo correndo o risco de perder o Trono e, quem sabe, a própria vida.

Portugal assumiu uma posição bastante particular. Por trás de movimentos tímidos e táticas pouco aguerridas se escondia esse império que tentou enquanto pode sustentar a imagem de neutralidade, manifestada em atitudes contraditórias que visavam agradar a todos, sem agradar de fato ninguém. D. Maria I, e a seguir seu filho, o príncipe regente

D. João, optaram por uma diplomacia dúbia, que oscilava entre as duas potências, mesmo porque agora a conjuntura era diferente, e mostrar favoritismos em nome de uma dessas nações implicava, obrigatoriamente, colocar-se contra a outra. (SCHWARCZ; AZEVEDO; COSTA, 2002, p. 188).

Além disso, “a execução de Luís XVI na guilhotina, em fevereiro de 1793, abalou os ânimos e evidenciou os próximos lances da revolução francesa. O ‘grande medo’ havia se instalado na Monarquia portuguesa.” (SCHWARCZ; AZEVEDO; COSTA, 2002, p. 188).

Os fatos mostrariam mais tarde que as chances de sucesso de Dom João, caso tivesse tomado a decisão de enfrentamento a Napoleão, teriam sido grandes. Mas o inseguro regente jamais se atreveria a enfrentar um inimigo que julgava tão poderoso, e preferiu fugir.

Para Napoleão, não bastava governar a França, pois seu plano era ser o imperador de toda a Europa. Já, para a Inglaterra,

a luta contra Napoleão tinha um conteúdo mais econômico do que político-ideológico. Era, em resumo, uma luta entre duas burguesias pela hegemonia continental, isto é, pela conquista dos mercados. A ascensão de Napoleão rompia o equilíbrio europeu e fazia periclitar a posição britânica de árbitro diplomático no velho mundo. (LOPEZ, 1987, p. 16).

2.2 O PLANO DE FUGA PARA O BRASIL

Dom João precisava ganhar coragem e Portugal precisava ganhar tempo, mas tempo era o que nem Napoleão nem a Inglaterra queriam lhe dar. Enquanto negociava melhores condições, D. João tentava blefar com os dois países, um jogo perigoso, e que também não poderia durar muito.

“A atitude do novo governante parecia estar de acordo com as possibilidades de ação política daquele momento, confundindo-se com elas: indeciso, evasivo e sem decisão, distante do modelo de monarca preconizado por Pombal.” (SCHWARCZ; AZEVEDO; COSTA, 2002, p. 189).

A ideia de mudança para o Brasil vinha desde os tempos da descoberta. E retornava sempre que o país tinha problemas. “Portanto, já havia sido cogitada no passado, em outros momentos de instabilidade política da Monarquia Lusíada.” (NORTON, 1979, p. 61). Também “em 1755, quando do terremoto que destruiu Lisboa e matou 40.000 pessoas, o governo português do marquês de Pombal havia já cogitado semelhante alternativa.” (LOPEZ, 1987, p.16).

A fuga para o Brasil, onde haveria mais riquezas naturais, mão-de-obra e, em especial, maiores chances de defesa contra os invasores do reino, foi uma

opção evidente e bem avaliada. “Com efeito, provocaria ainda, a troca dos papéis: a Terra de Santa Cruz passaria de colônia a Metrópole.” (NORTON, 1979, p. 62).

Os meses que antecederam a partida foram tensos e agitados. No dia 19 de agosto de 1807, o Conselho de Estado se reuniu no Palácio de Mafra para discutir a situação. Composto de nove auxiliares mais próximos do príncipe regente, o Conselho era o mais importante órgão de assessoria da monarquia. D. João leu os termos da intimação de Bonaparte: Portugal deveria aderir ao Bloqueio Continental, declarar guerra à Inglaterra, retirar seu embaixador em Londres, expulsar o embaixador inglês de Lisboa e fechar os portos portugueses aos navios britânicos. Teria de prender todos os ingleses de Portugal e confiscar suas propriedades.

Enquanto fingia aceitar o ultimato da França, negociava com a Inglaterra. Ao receber os termos da contraproposta portuguesa, Napoleão reagiu como se previa: mandou avisar que, se D. João não concordasse com suas exigências, Portugal seria invadido e a dinastia de Bragança, sobrenome da família real portuguesa, seria derrubada do Trono sem maiores considerações.

No dia 30 de setembro, reunido no Palácio da Ajuda, em Lisboa, o Conselho de Estado finalmente recomendou que o príncipe regente preparasse seus navios para partir. Em meados de outubro, a decisão de transferir a corte para o Brasil já estava tomada.

Por intermédio de seu embaixador em Londres, D. João tinha assinado um acordo secreto com a Inglaterra pelo qual, em troca da proteção naval durante a viagem para o Rio de Janeiro, abriria os portos do Brasil ao comércio com as nações estrangeiras. Até então só navios portugueses tinham autorização para comprar ou vender mercadorias na colônia.

Enquanto fechava acordos secretos com a Inglaterra, D. João persistia naquele seu jogo de faz de conta com os franceses. Nas vésperas da partida, chegou a anunciar a proibição de entrada de navios britânicos nos portos portugueses, a prisão e o confisco de todos os bens de cidadãos britânicos residentes em Lisboa.

D. João conseguiu enganar Napoleão, fazendo-o crer, até as vésperas da partida, que Portugal se sujeitaria as suas ordens. Mas, no dia 1º de novembro, o correio de Paris chegou a Lisboa com um recado assustador de Napoleão: “Se Portugal não fizer o que eu quero, a casa de Bragança não reinará mais na Europa dentro de dois meses”. (GOMES, 2007, p. p. 52). Enquanto isso, o exército francês

cruzava os Pirineus, a cadeia montanhosa na fronteira da França com a Espanha, em direção a Portugal.

Figura 2 - Napoleão I, Imperador dos Franceses (1769-1821). Passando a revista da tropa de seu exército.



Fonte: Biblioteca Nacional. Artista: Audibran.

2.3 PORTUGAL É ENTREGUE AO IMPÉRIO NAPOLEÔNICO

No dia 6 de novembro, a esquadra inglesa apareceu na foz do Rio Tejo, em território português, com uma força de 7 mil homens. Seu comandante, o almirante Sir Sidney Smith, tinha duas ordens, aparentemente contraditórias. A primeira, e prioritária, era proteger o embarque da família real portuguesa e escolta-la até o Brasil. A segunda, caso a primeira não acontecesse, era bombardear Lisboa.

Era um jogo de cartas marcadas. Nenhum dos lados tinha qualquer ilusão sobre como essa história ia terminar. Convencidos de que Portugal se alinharia à Inglaterra, os governos da França e da Espanha já haviam dividido entre si o território português pelo tratado de Fontainebleau, assinado pelos dois aliados em 27 de outubro de 1807 em que Portugal seria retalhado em três partes.

Portugal foi invadido por 50 mil soldados franceses e espanhóis. Os soldados enviados por Napoleão eram, em sua maioria, novatos ou pertencentes a

legiões estrangeiras que não tinham nenhum interesse em defender as ambições do imperador francês.

Devido à falta de planejamento e à pressa com que a invasão foi decidida, ao chegar à fronteira de Portugal, estavam reduzidos a uma legião maltrapilha e faminta. Dos 25 mil soldados que deixaram a França, 700 já tinham morrido sem entrar em combate. Um quarto da infantaria tinha desaparecido porque, no desespero para encontrar comida, os soldados haviam se afastado da coluna principal e se perdido. Ao chegar às portas de Lisboa, os franceses estavam tão fracos que não conseguiam se manter de pé. Muitos obrigavam os portugueses a carregar suas armas.

2.4 PORTUGAL: UM IMPÉRIO DECADENTE E INDEFESO

Os sinais de decadência estavam por todo lado. Lisboa, a capital do império, havia muito tinha sido ultrapassada por suas vizinhas europeias como centro irradiador de ideias- o que se pensava de novo, o que se realizava, criava e inventava na Europa não saía mais de Portugal. Os tempos de glória haviam ficado para trás.

Mas o que tinha acontecido com Portugal? Para essa pergunta, existem duas explicações.

A primeira resposta era demográfica e econômica. Com uma população relativamente pequena, de 3 milhões de habitantes, Portugal não tinha gente nem recursos para proteger, manter e desenvolver seu imenso império colonial. Dependia de escravos em quantidades cada vez maiores para explorar suas minas de ouro e diamante, e suas lavouras de cana-de-açúcar, algodão, café e tabaco.

Toda a economia de Portugal baseava-se no que conseguia tirar de suas colônias. E isso numa época em que a Inglaterra entrava na era das grandes fábricas – a Revolução Industrial, que começava a redefinir as relações econômicas e o futuro das nações.

Preso ao sistema extrativista e mercantilista, fundamentando sua economia na exploração pura e simples das colônias, sem investir em infraestrutura, educação ou melhoria de qualquer espécie, Portugal perdeu o momento de fazer sua revolução industrial. Na terra exaltada por Camões, no século XVI, por sua coragem e ímpeto empreendedor, a manufatura não se desenvolveu. Tudo era

comprado de fora. Na prática, se o Brasil era colônia de Portugal, Portugal era colônia da Inglaterra e de outras potências europeias.

Faltava dinheiro-capital- em Portugal. Embora os navios continuassem a chegar de todas as partes do mundo, a metrópole portuguesa era uma terra relativamente pobre porque a riqueza não parava ali. Lisboa funcionava apenas como um entreposto comercial – um intermediário de menor importância.

Ou melhor, de lá, o ouro, a madeira e os produtos agrícolas do Brasil seguiam direto para a Inglaterra. Os diamantes tinham como destino Amsterdã e Antuérpia, nos Países Baixos. E, no final das contas, eram esses países que realmente lucravam com as riquezas trazidas à Europa por Portugal, que ia cada vez mais se afundando em dívidas. Até porque não era fácil arcar com os custos da multidão de nobres e outros personagens que a Coroa sustentava – e que trouxe em sua grande parte para o Brasil.

Com algumas exceções, quem era rico em Portugal não havia ganhado sua posição com investimentos, negócios nem produção. A riqueza em Portugal era resultado do dinheiro fácil, como os ganhos de herança, cassinos e loterias. Muitas pessoas importantes, nobres e outros dignitários, viviam de mesada da Coroa.

Grande soberano dos mares dois séculos antes, Portugal já não tinha condições de se defender sozinho. Sua outrora poderosa Marinha de Guerra estava reduzida a trinta navios, dos quais seis ou sete eram imprestáveis- uma frota insignificante, comparada à da Marinha britânica, que nessa época, dominava os oceanos com 880 navios de combate.

A segunda explicação para a decadência era política e religiosa. De todas as nações da Europa, Portugal continuava sendo, no começo do século XIX, a mais católica, a mais conservadora e a mais avessa às ideias libertárias que produziam revoluções e transformações em outros países.

A força da Igreja era enorme. Por três séculos, a Igreja havia mantido submissos o povo, seus nobres e reis. Por escrúpulos religiosos, a Ciência e a Medicina eram atrasadas ou praticamente desconhecidas. D. José, herdeiro do Trono e irmão mais velho do príncipe regente, D. João, havia morrido de varíola porque sua mãe, D. Maria I, tinha proibido os médicos de lhe aplicarem a vacina. A rainha-que posteriormente enlouqueceria – achava que a decisão entre a vida e a morte estava nas mãos de Deus.

A vida social era regulada por missas, procissões e outras cerimônias religiosas. O comportamento individual e coletivo era determinado e vigiado pela Igreja Católica. Assim, Portugal foi o último país europeu a abolir os autos da Inquisição, nos quais pessoas que ousassem criticar ou se opor à doutrina da Igreja eram julgadas e condenadas à morte na fogueira.

2.5 TERREMOTO E SURTO DE MODERNIDADE EM LISBOA

Em 1755, uma catástrofe natural agravou a decadência econômica e ajudou a reduzir ainda mais a autoestima portuguesa. Na manhã de 1º de novembro, Dia de Todos os Santos, um terremoto devastador atingiu Lisboa, matando entre 15 mil e 20 mil pessoas. Igrejas, casas, palácios reais, mercados, edifícios públicos e teatros – tudo foi reduzido a pó e cinzas. Só 3 mil das 20 mil casas continuaram habitáveis.

Curiosamente, a tragédia resultou no único surto de modernidade em terras portuguesas, depois da Era das Descobertas. Foi no governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, ministro todo-poderoso do rei D. José I desde julho de 1750. Pombal recebeu a missão de reconstruir Lisboa. Sobre as ruínas do terremoto, seu governo redesenhou a cidade, com passeios e avenidas largas, praças, chafarizes e prédios novos.

Além de reconstruir a capital, Pombal acabou por reformar o próprio império. Subjugou a nobreza e reduziu drasticamente o poder da Igreja. Foi o responsável pela expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias. Também reorganizou o ensino, até então controlado pela Igreja.

Em 1777, com a morte de D. José, sua filha D. Maria I, a primeira mulher a ocupar o Trono na História de Portugal, traria de volta ao poder a parte mais conservadora, piedosa e atrasada da nobreza. O Marquês de Pombal caiu no ostracismo – foi afastado da corte.

Com a queda de Pombal e de seu espírito reformador, Portugal se via novamente prisioneiro de seu próprio destino: o de um país pequeno, rural e atrasado, incapaz de romper com os vícios e tradições que o prendiam ao passado, dependente de mão de obra escrava, intoxicado pela riqueza fácil e sem futuro da produção extrativista de suas colônias.

Figura 3 – D. Maria I, Rainha de Portugal, 1734-1816. Primeira mulher a assumir o trono Português.



Fonte: Biblioteca Nacional.

Além disso, o reino lusitano estava reduzido à condição de peça menor no grande tabuleiro de interesses das potências europeias. Constantemente ameaçados pelos vizinhos Espanha e França, Portugal provavelmente teria deixado de existir não fosse a aliança histórica com a Inglaterra.

Foi a essa antiga aliança que o príncipe regente D. João recorreu em 1807, quando, uma vez mais, o futuro do pequeno e frágil Portugal se viu ameaçado pelas tropas de Napoleão. “Ao Príncipe Regente, cumpria escolher entre Portugal invadido e o Brasil intacto. Não ficava, portanto, outro recurso senão trocar uma situação precária na Europa por um vasto Império na América”. (MARTINS; MOTTA, 2015, p. 60-61). Assim, a aliança com a Inglaterra representava proteção e estabilidade futuras para os interesses lusitanos.

2.6 A FAMÍLIA REAL VAI PARA O BRASIL

Muitos historiadores já escreveram a respeito da decisão tomada pelo Príncipe Regente, D. João, na madrugada de 26 de novembro de 1807. Especialmente quando tentam demonstrar o quanto foi acertada a decisão do Regente, tendo escapado do destino melancólico de outras cabeças coroadas do Velho Mundo, derrubadas de seus tronos à mão armada, pelas tropas de Napoleão Bonaparte. (MARTINS; MOTTA, 2015, p. 59).

O dia 29 de novembro de 1807 amanheceu ensolarado em Lisboa. Apesar do céu azul, as ruas ainda estavam tomadas pelo lamaçal, devido à chuva do dia anterior. Nas imediações do porto, havia confusão por todo o lado. Um espetáculo inédito na história de Portugal se desenrolava sobre as águas calmas do Rio Tejo: a rainha, seus príncipes, princesas e toda a nobreza abandonavam o país para viver do outro lado do mundo. Incrédulo, o povo se aglomerava na beira do cais para assistir à partida.

Figura 4 - D. João e toda a Família Real embarcam no cais de Belém rumo ao Brasil: as imagens não revelam o descontrole e a insegurança da ocasião.



Fonte: BN (Biblioteca Nacional)

Às 7 horas da manhã, a nau Príncipe Real inflou as velas e deslizou em direção ao Atlântico. Levava a bordo o príncipe regente, D. João, sua mãe, a rainha louca D. Maria I, e os dois herdeiros do Trono, os príncipes D. Pedro e D. Miguel. O

restante da família real estava distribuído em outros três navios. O Alfonso de Albuquerque transportava a princesa Carlota Joaquina, mulher do príncipe regente, e quatro de suas seis filhas. As duas filhas do meio – Maria Francisca e Isabel Maria – viajavam no Rainha de Portugal. A tia e a cunhada de D. João seguiam no Príncipe do Brasil. Mais quatro dezenas de barcos seguiam atrás da esquadra real.

Em 1807, o espírito de aventura dera lugar ao medo. A elite portuguesa fugia sem ao menos pensar em resistir aos invasores franceses.

Entre 10 mil e 15 mil pessoas acompanharam o príncipe regente na viagem para o Brasil. Era muita gente, levando-se em conta que a capital Lisboa tinha cerca de 200 mil habitantes. O grupo incluía pessoas da nobreza, conselheiros reais e militares, juízes, advogados, comerciantes e suas famílias. Também viajavam médicos, bispos, padres, damas de companhia, camareiros, pajens, cozinheiros e cavaleiros.

De Lisboa ao Rio de Janeiro levava-se dois meses e meio, ao sabor de tempestades, calmarias e ataques de surpresa dos corsários que infestavam o Atlântico. As doenças, os naufrágios e a pirataria cobravam um alto preço dos poucos passageiros que se arriscavam a ir tão longe. Os perigos eram tantos que a Marinha britânica, então a mais experiente, organizada e bem equipada força naval do mundo, considerava aceitável a média de uma morte para cada trinta tripulantes nas viagens de longo percurso.

Todos esses riscos eram bem conhecidos em Portugal desde os tempos gloriosos dos descobrimentos. Só que em 1807, ninguém teve tempo para preparar e organizar coisa alguma. O plano de fuga para o Brasil era antigo, mas a viagem foi decidida às pressas e executada de maneira improvisada.

A partida estava marcada para a tarde de 27 de novembro. Houve pouco tempo para os preparativos. Ventos contrários e chuva forte, porém, acabaram adiando a saída para a manhã do dia 29. Ainda assim a correria e a improvisação foram inevitáveis. Até porque não se admitia deixar nada de valor para trás. Os palácios reais de Mafra e Queluz foram esvaziados às pressas.

Camareiras e pajens vararam noites trabalhando sem parar na retirada de tapetes, quadros e ornamentos das paredes. Centenas de arcas e baús contendo roupas, louças, faqueiros, joias e objetos pessoais eram despachadas para as docas. No total, a caravana tinha mais de 700 carroças. A prata das igrejas e os 60 mil volumes da Biblioteca Real foram embalados e acomodados em catorze carros

puxados por mulas. Em caixotes, o ouro, os diamantes e o dinheiro do tesouro real foram enviados para o cais, sob escolta.

A carruagem da princesa Carlota Joaquina chegou ao porto pouco depois do príncipe regente. Em carruagens separadas, veio o restante da família. Em seguida, apareceu a rainha D. Maria I, de 73 anos. Para o povo português aglomerado no cais para assistir à partida, a presença da rainha era uma grande novidade. Devido aos seus acessos de loucura, fazia dezesseis anos que D. Maria I vivia reclusa no Palácio de Queluz.

Sem a menor noção do que acontecia, enquanto seu coche se aproximava do porto em disparada, ela teria gritado ao cocheiro: “Mais devagar. Vão pensar que estamos fugindo!” (GOMES, 2017, p. 74).

Ao chegar ao cais, ela teria se recusado a descer da carruagem – era única ali a não querer abandonar seu país. O capitão da frota real acabou carregando-a no colo até o navio.

Durante três dias, o povo de Lisboa observou o movimento de cavalos, carruagens, e funcionários do governo nas imediações do porto, sem entender o que se passava. A explicação oficial era que a frota portuguesa estava sendo reparada. Os mais ricos e bem informados, no entanto, sabiam perfeitamente o que estava acontecendo.

Quando finalmente, a notícia da partida se espalhou, o povo ficou indignado. Nas ruas, havia choro, demonstrações de desespero e revolta. Naquelas circunstâncias, fazer um discurso de despedida era impossível. Por isso, D. João mandou afixar nas ruas de Lisboa um decreto no qual explicava as razões da partida. Dizia que as tropas francesas estavam a caminho de Lisboa e que resistir a elas seria derramar sangue inutilmente. Por essa razão, estava se mudando para o Rio de Janeiro até que a situação se acalmasse.

2.7 O SAQUE REAL DOS COFRES LUSITANOS

Antes de embarcar, D. João teve o cuidado de raspar os cofres do governo. Em 1807, o tesouro real embarcado somava cerca de 80 milhões de cruzados. Representavam metade das moedas em circulação em Portugal, além de uma grande quantidade de diamantes extraídos em Minas Gerais que, inesperadamente, retornavam ao Brasil.

A bagagem real incluía ainda todos os arquivos da monarquia portuguesa. Uma nova impressora, que tinha sido recentemente comprada em Londres, também foi embarcada na nau Medusa, como chegara da Inglaterra, sem sair da caixa.

Era muita ironia. Para evitar a propagação de ideias consideradas revolucionárias na colônia, o governo português havia proibido expressamente a existência de impressoras no Brasil. Inclusive, para fugir da censura, o Correio Brasiliense, primeiro jornal brasileiro, criado pelo jornalista Hipólito José da Costa, em 1808, era impresso e distribuído em Londres. Agora, a própria Coroa trazia ao Brasil sua primeira impressora.

Depois de soprar forte do mar para o continente durante dois dias, na manhã de 29 de novembro o vento mudou de direção. A chuva parou e o sol apareceu. Às 7 horas foi dada a ordem de partida. D. João, naquele exato momento, deixava a barra do Rio Tejo para entrar no Oceano Atlântico. Os navios portugueses ainda estavam à vista no horizonte quando as tropas francesas começaram a entrar em Lisboa.

Naquela manhã luminosa de novembro de 1807, espalhadas pelo cais do porto de Lisboa, ficaram centenas de bagagens, esquecidas no tumulto da partida. Entre elas, estavam os caixotes com a prataria das igrejas e os livros da biblioteca Real. A prata seria confiscada e derretida pelos invasores franceses. Os livros só chegariam ao Brasil três anos depois.

3 DA VIAGEM DA FAMÍLIA REAL ATÉ AS TERRAS DE SALVADOR²

A fuga para o Brasil, onde haveria mais riquezas naturais, mão-de-obra e, em especial, maiores chances de defesa contra os invasores do reino, foi uma opção natural e bem avaliada pela família real portuguesa. Porém, a viagem trouxe uma série de inconvenientes que serão abordados nesta seção.

3.1 OS CONTRATEMPOS QUE MARCARAM A VIAGEM

Afligida por tempestades e infestações de piolhos, a corte atravessa o oceano. A chegada ao Brasil, um lugar ainda selvagem, ignorante e pouco habitado.

A viagem não foi exatamente um cruzeiro de luxo. A esquadra portuguesa levou quase dois meses para atravessar o Oceano Atlântico. Sabe-se que foi uma aventura cheia de aflições e sofrimentos. Antigas e maus equipadas, as naus e fragatas portuguesas viajavam apinhadas de gente e bagagens. Os navios portugueses haviam sido desenhados como se fossem cápsulas de madeira lacradas, para impedir a infiltração da água do mar e sobreviver às violentas tempestades oceânicas.

Providos de pequenas escotilhas, que permaneciam fechadas a maior parte do tempo, os ambientes internos ficavam asfixiantes, sem qualquer ventilação.

Não havia água corrente nem banheiros. Para as necessidades fisiológicas, usavam-se as cloacas, plataformas presas à proa, suspensas sobre a amurada dos navios, por onde os dejetos eram lançados ao mar.

A dieta de bordo era composta de biscoitos, lentilha, azeite, repolho azedo e carne salgada de porco ou bacalhau – ou seja, alimentos que resistiam mais tempo, sem estragar. No calor sufocante das zonas tropicais, ratos, baratas e carunchos infestavam os depósitos de mantimentos. A água apodrecia, contaminada por bactérias e fungos. Por falta de frutas e alimentos frescos, uma das maiores ameaças nas longas travessias era o escorbuto, doença fatal provocada pela deficiência de vitamina C. Enfraquecida, a vítima queimava de febre e sofria dores insuportáveis. A gengiva necrosava. Os dentes caíam ao simples toque. Nas regiões

² A base textual desse capítulo alinha-se com as ideias de Laurentino Gomes, em sua obra, “1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil”, que se encontra relacionada nas referências.

tropicais, outras ameaças eram a desintéria e o tifo, causadas pela falta de higiene e pela contaminação da água e dos alimentos.

Na nau capitânia Príncipe Real, que levava D. João e a rainha Maria I, iam 1054 pessoas. Pode-se imaginar a situação. Com 67 metros de comprimento, 16,5 metros de largura, três conveses para as baterias de tiro dos seus 84 canhões e um porão de carga, o navio não tinha espaço para tanta gente. Os passageiros e tripulantes se arrumavam como podiam e muitos dormiam ao relento, amontoados, no tombadilho.

Nos primeiros dias de viagem, enquanto ainda estavam no hemisfério norte, ondas fortes despejavam água gelada sobre o convés superlotado, onde os marinheiros trabalhavam em meio ao nevoeiro e às rajadas de vento frio. Muita água penetrava nos cascos, por causa dos inúmeros vazamentos. Velas e cordas apodreciam. O madeirame gemia sob o impacto das ondas e do vento, espalhando o pânico entre os passageiros, que não estavam habituados às durezas das travessias oceânicas. O enjoo era coletivo. A corte portuguesa não parava de vomitar por sobre as armaduras dos navios.

Depois de algumas semanas, já na altura da linha do Equador, o frio do inverno europeu deu lugar a um calor que, para aqueles europeus palacianos, era insuportável. Isso era agravado pela ausência de ventos – as calmarias, muito famosas naquelas regiões do Atlântico.

No navio em que viajava a princesa Carlota Joaquina, uma infestação de piolhos obrigou as mulheres a rasparem os cabelos e a lançarem suas perucas ao mar. As cabeças carecas foram untadas com banha de porco e pulverizadas com pó antisséptico.

Logo no início da viagem, passageiros e tripulantes foram surpreendidos por uma abrupta mudança climática. O vento que até então impelia os navios para o oceano, inverteu a direção e começou a soprar forte de través, ou seja, no sentido perpendicular das embarcações e contrário ao rumo planejado. Isso ocorria, porque na época os navios não dispunham de motores para impulsioná-los. Eram movidos a velas, ou seja, pela força do vento, que inflava suas velas. Ou ainda dependiam exclusivamente dos caprichos do vento.

À noite, a ventania adversa já tinha a força de uma tempestade. Em alguns momentos, ameaçava empurrar toda a frota de volta para a costa portuguesa, já ocupada pelas tropas francesas.

Alarme geral entre os nobres portugueses! Eles já se viam retornando para os braços do revoltado povo de Lisboa e dos soldados de Napoleão. Muitos devem ter sentido a cabeça ameaçada. Foi então que alguém teve uma boa ideia.

Os comandantes decidiram aproveitar a força da ventania e navegar na direção noroeste, como se estivessem indo para o Canadá. Isso manteria os navios em alto-mar, evitando o desastre de serem atirados de volta à costa de Portugal.

Só no quarto dia, quando já haviam percorrido mais de 160 milhas náuticas, ou cerca de 300 quilômetros, eles puderam, finalmente, corrigir as velas e rumar para sudoeste, na direção do Brasil.

No dia 8 de dezembro, ao se aproximarem do Arquipélago da Madeira, um denso nevoeiro cobriu tudo. Ao anoitecer, uma violenta tempestade castigou os navios. Ventos fortíssimos surravam as velas apodrecidas, enquanto os marinheiros tentavam desesperadamente mantê-las presas aos mastros. Na manhã seguinte, uma parte dos navios havia desaparecido.

A esquadra tinha sido dispersada pelos ventos durante a noite, sem que os marinheiros percebessem. A tempestade continuou por dois dias.

Quase alcançando a linha do Equador, os navios da esquadra real que dirigiam a Salvador entraram numa zona de calmaria. Por falta de ventos, as naus de D. João e Carlota Joaquina levaram dez dias para percorrer somente trinta léguas, distância que, em situação normal, seria vencida em dez horas.

Dez dias em alto-mar sob o sol equatorial, onde as temperaturas em dezembro chegam a 35 graus centígrados. E sem o sopro de uma mísera brisa. Ainda por cima, com a água de bordo estragada.

No dia 22 de janeiro de 1808, após 54 dias de mar e aproximadamente 6400 quilômetros percorridos, D. João aportou em Salvador. Na capital baiana foram recebidos com festas e ali permaneceram por mais de um mês. O restante do comboio tinha chegado ao Rio de Janeiro uma semana antes, no dia 17 de janeiro.

Com a chegada da corte à Baía de Todos os Santos, começava o último ato do Brasil colônia e o primeiro do Brasil independente.

3.2 ESCALA A BAHIA: PLANEJADA OU ACIDENTAL?

A escala de D. João em Salvador, em 1808, é um episódio ainda mal contado na história da mudança da família real portuguesa para o Brasil.

Pelo plano original da viagem, traçado em Lisboa no dia da partida, toda a esquadra navegaria sempre na direção sudoeste, rumo ao Rio de Janeiro. Em caso de imprevisto, o ponto de reencontro combinado era a ilha de Santiago, no Arquipélago de Cabo Verde, parte do império colonial português, na costa da África. Ali, os navios eventualmente avariados poderiam ser consertados e reabastecidos, para depois seguir a rota previamente combinada.

Só que D. João mudou esses planos de forma repentina logo na terceira semana de viagem. Para que fazer uma escala imprevista em Salvador, correndo riscos desnecessários, quando seria mais fácil e prudente manter o plano original e navegar direto para o Rio de Janeiro?

Até recentemente, a hipótese mais aceita, jogava a culpa na tempestade que dispersou a esquadra, entre os dias 8 e 10 de dezembro, na altura do Arquipélago da Madeira. Em meio à tormenta, os navios teriam se perdido uns dos outros. Uma parte do comboio, incluindo as naus em que viajavam a rainha D. Maria I, o príncipe regente D. João e a princesa Carlota Joaquina, teria ficado à deriva e seguido na direção noroeste, enquanto o restante da frota continuou na rota original, primeiro rumo a Cabo Verde e, depois, ao Rio de Janeiro.

Ao descobrir que estava nas imediações do litoral baiano, D. João teria ordenado que os navios atracassem em Salvador. Por essa explicação, teria aportado na Bahia quase por acaso.

Essa versão começou a ser afastada graças a descobertas do historiador Kenneth Light. Pesquisador metódico, Light mergulhou nos arquivos da marinha britânica, onde estão guardados os diários de bordo de todos os seus navios, além das cartas e dos relatórios que os respectivos comandantes enviavam para a sede do almirantado, em Londres, ao final da jornada. Concluiu que D. João não foi parar na Bahia forçado por acidentes meteorológicos, mas porque essa era mesmo a sua intenção.

Se a escala baiana não foi acidental, que razões teriam levado D. João a se deslocar para Salvador?

Do ponto de vista estratégico, a escala na Bahia era muito oportuna. Duzentos anos atrás, a unidade política e administrativa da colônia brasileira era bastante precária. D. João precisava, mais do que nunca, de um Brasil unido em torno da Coroa portuguesa. O sucesso dos seus planos em 1808 dependia do apoio financeiro e político de todas as províncias. Primeira capital da colônia, Salvador

tinha perdido essa condição em 1763. Além disso, era ainda um centro importante do comércio e das decisões da colônia.

Foi também em Salvador que D. João anunciou a mais importante de todas as medidas que tomaria nos seus treze anos de Brasil: a abertura dos portos. Além disso, nomeou como governador da Bahia ninguém menos que o Conde dos Arcos, até então vice-rei do Brasil. Era mais uma demonstração do quanto a Bahia era importante no tabuleiro político que a monarquia estava montando na sua fase americana. A manobra política funcionou: os baianos agradecidos, deram seu apoio ao príncipe regente.

Quando teve notícia da viagem da família real, o governador de Pernambuco, Caetano Pinto de Mendonça Montenegro, despachou para o mar o bergantim Três Corações – um barco com dois mastros de vela que, na ausência de ventos, por causa do seu pequeno tamanho, podia também ser impulsionado a remo. Com uma carga de caju, pitanga, outras frutas e refrescos, tinha a missão de tentar localizar a nau de D. João na altura em que se calculava estar a esquadra portuguesa.

O mais surpreendente é que, navegando às cegas, três dias depois de deixar o porto do Recife, o bergantim conseguiu, efetivamente, encontrar os navios portugueses, no que pode ser considerado um dos feitos mais extraordinários da viagem da família real ao Brasil.

Para os passageiros e tripulantes da esquadra de D. João, foi um alívio e tanto. Depois de dois meses no oceano, submetidos a uma dieta de carne salgada, biscoito seco, vinho avinagrado e água podre, finalmente puderam provar refrescos e alimentos saudáveis.

Eram espécies tropicais, de aspecto, consistência e sabor como jamais tinham experimentado em Portugal. E foi assim, por meio dos frutos de sua pródiga e exuberante natureza, que o Brasil se apresentou a D. João e sua corte.

Na chegada a Salvador, às 11 horas de 22 de janeiro de 1808, os navios ancoraram dentro da barra, perto do ponto em que hoje estão situados o Mercado Modelo e o Elevador Lacerda.

Dom João desembarcou na manhã do dia 23. Ao contrário do dia anterior, desta vez a multidão congestionava o cais da Ribeira. Salvas de canhões disparadas das fortalezas e gritos de saudação aos ilustres visitantes se misturavam ao badalar dos sinos das inúmeras igrejas da capital baiana.

Dom João e comitiva foram recebidos pelos representantes da Câmara Municipal, que os convidaram a seguir até a igreja da Sé, onde o arcebispo celebrou um Te Deum Laudamus, em agradecimento pelo sucesso da travessia do oceano.

3.3 SALVADOR: UM LUGAR SEGURO?

Salvador era uma das mais bonitas cidades do império colonial português. Era um deslumbre para os visitantes estrangeiros que chegavam. Era uma cidade relativamente pequena, que tinha apenas 46 mil habitantes.

Sua localização, sobre um terreno muito elevado correndo para baixo até o mar, seguia à risca a estratégia militar adotada pelos portugueses para a defesa do império.

As igrejas, conventos, edifícios públicos e residências das famílias mais abastadas ficavam na cidade alta. Na cidade baixa, na faixa rente ao mar, situava-se o quarteirão comercial, com armazéns, lojas, oficinas e o cais do porto. A ligação entre as duas partes era feita por ruas, ladeiras e becos estreitos, que tornavam o trânsito sobre rodas impossível. Por isso, um grande molinete era usado para içar mercadorias pesadas. Um século e meio mais tarde, esse sistema de tração mecânico e precário seria substituído pelo Elevador Lacerda, movido a eletricidade.

Além do molinete, o transporte de mercadorias era realizado por escravos e animais de carga, que subiam e desciam as ladeiras em longas e demoradas filas. Visitantes e moradores ilustres eram, igualmente, carregados morro acima por escravos em liteiras e cadeirinhas suspensas por varões transversais.

3.4 SALVADOR: FESTAS, PASSEIOS E DECISÕES

No dia 28 de janeiro, apenas uma semana depois de aportar em Salvador, D. João foi ao Senado da Câmara assinar seu mais famoso ato em território brasileiro: a carta régia de abertura dos portos ao comércio de todas as nações amigas. A partir dessa data, estava autorizada a importação “de todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias transportadas em navios estrangeiros das potências que se conservam em paz e harmonia com a Real Coroa”. (GOMES, 2017, p. 116).

A abertura dos portos era uma medida inevitável. Com Portugal e o porto de Lisboa ocupado pelos franceses, o comércio do reino estava virtualmente

paralisado. Abrir os portos do Brasil era, portanto, uma decisão óbvia. A liberação do comércio internacional na colônia era uma dívida que D. João tinha com a Inglaterra, que agora poderia fazer comércio direto com o Brasil. O acordo previa não só a abertura dos portos, mas também a autorização para a instalação de uma base naval britânica na Ilha da Madeira.

Forçado a abrir mão do seu monopólio, mais uma vez Portugal saía perdendo. Foi o preço que pagou pela proteção contra Napoleão, devidamente negociado em Londres em outubro de 1807 pelo embaixador português D. Domingos de Souza Coutinho.

Ainda em Salvador, D. João aprovou a criação da primeira escola de Medicina do Brasil e os estatutos da primeira companhia de seguros, batizada Boa Fé. Também deu licença para a construção de uma fábrica de vidro e outra de pólvora, autorizou o governador a estabelecer a cultura e a moagem do trigo, mandou abrir estradas e encomendou um plano de defesa e fortificação da Bahia, que incluía a construção de 25 barcas canhoneiras e a criação de dois esquadrões de cavalaria e um de artilharia. Todas essas e muitas outras atividades produtivas eram proibidas na colônia até então.

A temporada baiana de Dom João foi de dias agradáveis, com passeios e celebrações populares. Os baianos tentaram em vão convencê-lo a ficar na Bahia. Representantes da Câmara prometeram levantar fundos para construir um luxuoso palácio e sustentar as despesas da corte na cidade. D. João recusou a oferta porque Salvador era muito mais vulnerável a um eventual ataque francês do que o bem protegido e mais distante porto do Rio de Janeiro. E foi para lá que embarcou, no dia 26 de fevereiro, cumprindo a última etapa de sua viagem memorável ao Brasil.

4 A FAMÍLIA REAL NO RIO DE JANEIRO: UM CHOQUE CIVILIZATÓRIO?³

A chegada da corte ao Rio de Janeiro foi o encontro de dois mundos, até então estranhos e distantes. De um lado, uma monarquia europeia, envergando casacas de veludo, sapatos afivelados, meias de seda, perucas e galardões, roupas pesadas e escuras e isso debaixo do nosso mais do que conhecido sol tropical. Do outro lado, estava uma cidade colonial e quase africana, com dois terços da população formada por negros, mestiços e mulatos semidespidos e descalços.

4.1 DOIS MUNDOS SE ENCONTRAM

No dia 26 de fevereiro, a corte partiu para o Rio de Janeiro, que seria declarada capital do Império. A chegada no Rio de Janeiro ocorreu em 7 de março de 1808, mas o desembarque só aconteceu no dia seguinte. Havia poucos alojamentos disponíveis para acomodar a comitiva palaciana e muitas residências foram solicitadas para recebê-los.

Nos primeiros dias, D. João, Carlota Joaquina e os filhos ficaram hospedados no Paço Real, a residência reformada pelo vice-rei Conde dos Arcos. Foi um arranjo temporário. Dentro de pouco tempo, o príncipe regente iria morar num palácio muito mais amplo e agradável, situado no atual bairro de São Cristóvão. Sua mulher, a princesa Carlota Joaquina, iria se instalar numa chácara na praia de Botafogo. A rainha Maria I ficaria no convento dos irmãos carmelitas. A Igreja do Carmo foi transformada em Capela Real.

Com a transferência da sede do governo-geral da Bahia para o Rio de Janeiro, em 1763, a Casa dos Governadores tornou-se residência dos vice-reis e passou a ser identificada como palácio. Além de ser uma suntuosa construção, era o único edifício com janelas de vidro na cidade, a casa tinha a dimensão simbólica, fundamental ao poder.

No Palácio dos Vice-Reis viveram sete governantes que desfrutaram de grande poder e realizaram projetos de ordenamento e renovação da cidade.

Para abrigar a família e sua corte, o prédio sofreu modificações. Na parte nobre, voltada para o mar e para a praça, aconteciam as audiências reais, no corpo da

³ A base textual desse capítulo alinha-se com a ideias de Laurentino Gomes, em sua obra, “1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil”, que se encontra relacionada nas referências.

frente e no centro da fachada foi alojada a família real. O segundo andar abrigou os fidalgos da corte. Um passadiço agregou ao Paço o Convento do Carmo e a Casa de Câmara e Cadeia. As celas do convento foram transformadas em quartos para Dona Maria I e na Casa de Câmara e Cadeia acomodaram-se as camareiras da rainha.

Figura 5 – Paço Real



Fonte: Biblioteca Nacional.

Figura 6 - D. João VI e Carlota Joaquina. Um dos raros em que o casal aparece juntos.

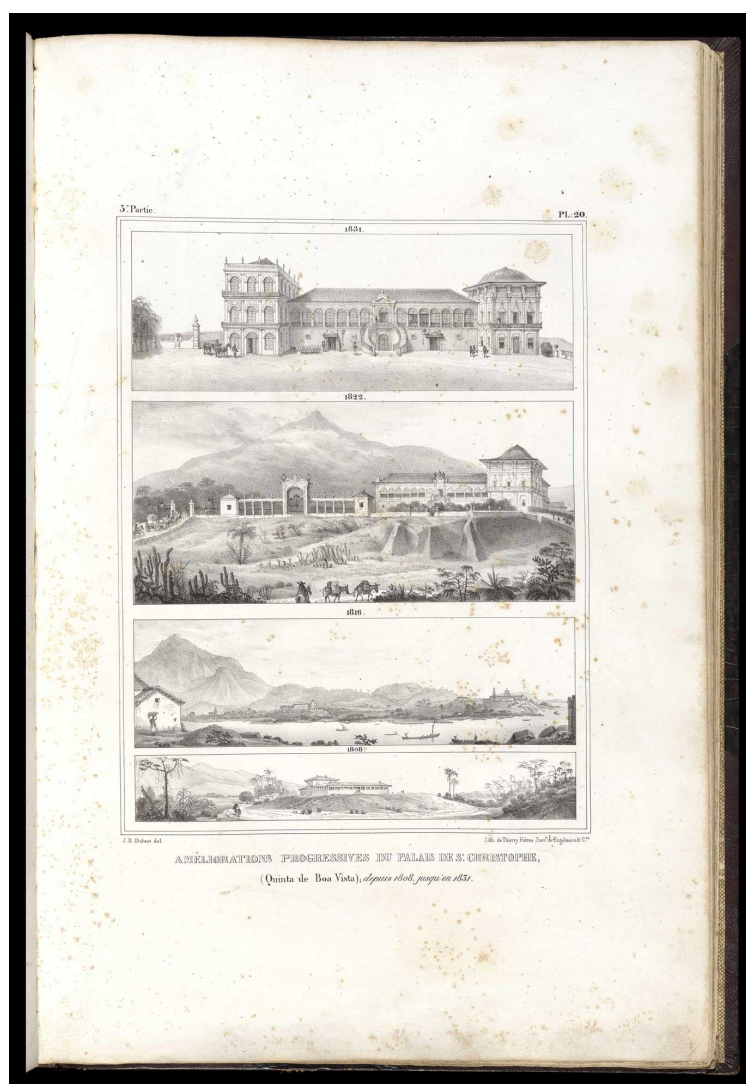


Fonte: Francisca L. Nogueira de Azevedo.

Para tentar resolver o problema de falta de habitação provocada pela chegada dos milhares de acompanhantes da corte, por ordem do Conde dos Arcos, criou-se o famigerado sistema de aposentadorias, a expressão aqui quer dizer providenciar aposentos ou moradia, pelo qual as casas eram confiscadas de seus donos e entregues à nobreza recém-chegada.

Os endereços escolhidos eram marcados na porta com as letras PR, iniciais de Príncipe Regente, que imediatamente a população começou a interpretar como “Ponha-se na Rua”. A arrogância e a prepotência dos que chegavam de além-mar resultaram em vários casos de abuso no sistema de aposentadorias.

Figura 7 - Ampliações da Quinta da Boa Vista, Residência Oficial da Família Real. Imóvel adquirido de um traficante de escravos. D. João Ihe concedeu diversos benefícios.



Fonte: Biblioteca Nacional. Gravura de Thierry Frères.

A colônia brasileira ganharia muito com a vinda de D. João, a começar pela sua independência. Mas os problemas e o custo dos primeiros anos da família real no Rio de Janeiro foram enormes. Era preciso alimentar e pagar as despesas de uma corte que não trabalhava nem produzia coisa alguma, que vivia de subornos e propinas, que era acostumada ao luxo pelo qual não pagava do seu bolso, e que gastava muito acima do que tinha e podia, sempre na certeza de que o rei lhe daria mais e mais.

Para sustentar o rei e seus nobres, recorreu-se, primeiramente, a lista de subscrição voluntária, donativos para cobrir as despesas da Coroa, que os ricos e poderosos da colônia assinaram de muito boa vontade, porque tinham a certeza de obter em troca rápidas e generosas vantagens. A segunda foi o aumento indiscriminado de taxas e impostos, que o povo todo pagou sem conseguir ver que benefícios teria com isso.

4.2 NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO

Protegidas do vento e das tempestades pelas montanhas, as águas calmas da Baía da Guanabara serviam como abrigo ideal para reparo das embarcações e reabastecimento de água potável, charque, açúcar, cachaça, tabaco e lenha. Era uma escala fundamental nas longas e demoradas navegações ao redor do mundo. Para os tripulantes e passageiros, a chegada ao Rio de Janeiro, depois de uma viagem perigosa e monótona, era sempre agradável e surpreendente.

Depois da ocupação de Lisboa pelos franceses, o Rio de Janeiro se tornou o mais importante centro naval e comercial do império. Mais de um terço de todas as exportações e importações da colônia passavam por aqui. Era também o maior mercado de escravos nas Américas. Seu porto vivia congestionado por navios negreiros que atravessavam o Atlântico, vindos da África. Nada menos do que 850 mil escravos africanos tinham passado pelo porto do Rio no século XVIII, o que representava pouco menos da metade de todos os negros cativos trazidos para o Brasil nesse período.

4.3 LIMPEZA CONFIADA AOS URUBUS

Naquele tempo, muitos viajantes falavam das vantagens de contemplar o Rio de Janeiro à distância. De fato, observada do mar, enquanto os navios se aproximavam do porto, era uma cidadezinha tranquila, de aparência bucólica, perfeitamente integrada ao esplendor da natureza que a cercava. Só que de perto, a impressão mudava rapidamente. Os problemas eram a umidade, a sujeira e a falta de bons modos dos moradores. “Vistas de fora, as casas têm a mesma aparência de limpeza que observamos nas residências dos melhores vilarejos da Inglaterra”, relatou, em 1803, o oficial da Marinha britânica James Tuckey (apud GOMES, 2007, p. 157).

A boa impressão, contudo, desvanece à medida que nos aproximamos. Logo que se metem os pés para dentro, constata-se que a limpeza não passa de um efeito da cal que reveste as paredes exteriores e que, nos interiores, habitam a sujeira e a preguiça. As ruas, apesar de retas e regulares, são sujas e estreitas, ao ponto de o balcão de uma casa quase se encontrar com o da casa da frente. (GOMES, 2017, p. 157).

“A limpeza da cidade estava toda confiada aos urubus”, escreveu o historiador Oliveira Lima (apud GOMES, 2017, p. 157).

Alexander Caldcleugh, um estrangeiro que viajou pelo Brasil entre 1819 e 1821, ficou impressionado com o número de ratos que infestavam a cidade e seus arredores. “Muita das melhores casas estão de tal forma repleta deles que durante um jantar não é incomum vê-los passeando pela sala”, afirmou. (GOMES, 2017, p. 157).

Devido a pequena profundidade do lençol freático, as reservas de água potável, era proibido construir fossas sanitárias. A urina e as fezes dos moradores, recolhidas durante a noite, eram transportadas de manhã para serem despejadas no mar por escravos que carregavam grandes tonéis de esgotos nas costas. Durante o percurso, parte do conteúdo desses tonéis, repleto de amônia e ureia, caía sobre a pele e, com o passar do tempo, deixava listras brancas sobre suas costas negras. Por isso, esses escravos eram conhecidos como tigres. Devido à falta de um sistema de coleta de esgotos, os tigres continuaram em atividade no Rio de Janeiro até 1860 e no Recife até 1882. (GOMES, 2017, p. 157-158).

O inglês John Luccock faz um retrato divertido dos hábitos dos cariocas. Segundo ele, a família geralmente passava o tempo nos aposentos da parte de trás das casas. As mulheres, sentadas em roda, costuravam, faziam meias, rendas, bordados e outros trabalhos manuais. Era também ali que todos se reuniam para

fazer as refeições, usando como mesa uma tábua colocada sobre um cavalete no meio da sala. (GOMES, 2017, p. 159).

Convidado para um desses jantares na casa de uma família rica, Luccock surpreendeu-se ao descobrir que cada pessoa deveria comparecer com a própria faca, “em geral larga, pontiaguda e com cabo de prata”. À mesa, observou que “os dedos são usados com tanta frequência quanto ao próprio garfo”. Mais do que isso, era comum uma pessoa se servir do prato do vizinho com as mãos. (GOMES, 2017, p. 159).

O pintor Jean Baptiste Debret, que chegou ao Brasil com a missão artística francesa de 1816, também ficou escandalizado com a falta de boas maneiras dos ricos durante as refeições: “O dono da casa come com os cotovelos fincados na mesa; a mulher, com o prato sobre os joelhos, sentada na sua marquesa, à moda asiática; e as crianças, deitadas ou de cócoras nas esteiras, lambuzam-se à vontade com a pasta de comida nas mãos”. (GOMES, 2017, p. 160).

A carne fresca era uma raridade. Vinha de longe, de até mil quilômetros de distância. Viajando por estradas precárias, em boiadas que desciam de Minas Gerais ou do Vale do Paraíba. Muitos bois morriam pelo caminho, de fome ou de cansaço. Mesmo assim a população do Rio de Janeiro tinha uma dieta rica e variada. Comiam muitas frutas, banana, laranja, maracujá, abacaxi, goiaba, peixes, aves, verduras e legumes. As farinhas de mandioca e de milho eram um alimento universalmente usado na colônia. Com a carne seca e o feijão, este era o triplé básico da alimentação brasileira. (GOMES, 2017, p. 160-161).

4.4 UMA CIDADE DE CANHÕES E ESCRAVOS

Em 1808, o Rio de Janeiro, era uma cidade movimentada e barulhenta, com ruas repletas de muare, carroças ruidosas puxadas por quatro bois para levar materiais de construção. Quem vinha de fora, estranhava os incessantes disparos dos canhões dos navios e das inúmeras fortalezas que protegiam a cidade. “Em homenagem ao rei, cada navio que entrava no porto disparava 21 tiros, respondidos pelos fortes da barra, costume que não se conhecia em nenhum outro lugar do mundo”, diz o historiador Jurandir Malerba. (GOMES, 2017, p. 161-162).

Outra coisa que despertava a curiosidade dos visitantes brancos e europeus, era o número de negros, mulatos e mestiços nas ruas. Não estavam

acostumados a ver pessoas de cor na sua terra natal. Ainda mais que os escravos dominavam a paisagem nos feriados e fins de semana. Usando roupas coloridas, enfeites e turbantes ou, no caso dos homens, despidos da cintura para cima, reuniam-se no Campo de Santana, nos subúrbios da cidade, onde, em grandes círculos, cantavam e dançavam batendo palmas.

Durante a semana, realizavam todo o tipo de trabalho manual. Entre outras atividades, eram barbeiros, sapateiros, moleques de recado, fazedores de cestas, e vendedores de capim, refrescos, doces, pão de ló, angu e café. Também carregavam gente e mercadorias. Pela manhã, centenas deles iam buscar água no chafariz do aqueduto da Carioca, que era transportada em barris semelhantes aos usados para levar os excrementos até as praias no final da tarde.

No Brasil, desenvolveu-se uma forma de escravidão conhecida como sistema de ganho. Eram aqueles escravos que, após fazerem o trabalho na casa de seus donos, iam para as ruas em busca de atividade suplementar. Os escravos de ganho faziam de tudo: iam às compras, buscavam água, removiam o lixo, levavam e traziam recados e serviam de acompanhantes para as mulheres quando elas iam à igreja. No final do dia, repassavam parte do dinheiro aos seus donos. A quantia era previamente estabelecida. O escravo que a ultrapassasse podia ficar com a diferença. Quem não alcançasse a meta, era punido. Havia escravos que, no sistema de ganho, acabavam acumulando dinheiro suficiente para comprar sua liberdade.

Quando a corte portuguesa chegou ao Brasil, navios negreiros vindos da costa da África despejavam no Mercado do Valongo, no Rio de Janeiro, entre 18 mil e 22 mil homens, mulheres e crianças por ano. Entre os séculos XVI e XIX, cerca de 10 milhões de escravos africanos foram vendidos para as Américas. O Brasil, maior importador do continente, recebeu quase 40% desse total, algo entre 3,6 milhões e 4 milhões de cativos, segundo estimativas aceitas pela maioria dos pesquisadores. O historiador Manolo Florentino Garcia estima que 850 mil escravos desembarcaram no porto do Rio de Janeiro no século XVIII, o equivalente à metade de todos os negros cativos trazidos para o Brasil nesse período. (GOMES, 2017, p. 90).

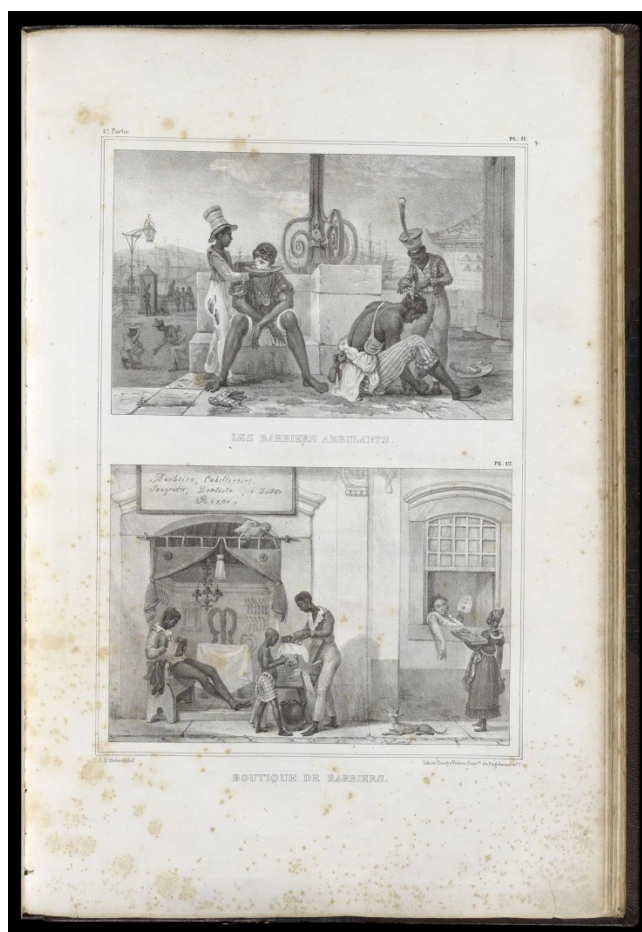
O calor, associado à falta de higiene, gerava problemas de saúde colossais. Em 1798, dez anos antes da chegada da corte, a Câmara do Rio de Janeiro havia proposto a um grupo de médicos um programa para combater as epidemias e erradicar as moléstias endêmicas da cidade. Apoiados no parecer dos

médicos, os vereadores levantaram a suspeita de o foco gerador de algumas dessas doenças epidêmicas, em especial a sarna, erisipela, bexiga (varíola) e tuberculose, serem negros recém-chegados da África. Sugeriram que o mercado de escravos fosse transferido da atual Praça 15 de Novembro para a região do Valongo, onde estava na época da chegada de D. João ao Brasil.

4.5 LUGAR DE BARBA, BIGODE E BISTURI

Como em toda a colônia, não havia no Rio de Janeiro médicos formados em universidades. Uma forma rudimentar de medicina era praticada pelos barbeiros. Thomas O'Neill, tenente da Marinha britânica, ficou intrigado com o número de barbearias e os serviços que prestavam. "As barbearias são aqui bastante singulares. O símbolo dessas lojas é uma bacia, e o profissional que aí trabalha acumula três profissões: dentista, cirurgião e barbeiro". (GOMES, 2017, p. 165).

Figura 8 - Barbeiros: uma das inúmeras funções dos escravos numa colônia em que faziam de tudo.



Fonte: Biblioteca Nacional. Registros do artista Debret.

O pesquisador carioca Nireu Cavalcante encontrou no Arquivo Nacional documentos que ajudam a dar uma noção do que era a saúde e a medicina no Rio de Janeiro na época de D. João VI. São inventários post-mortem de dois médicos, que relacionam os bens deixados pelos falecidos. Um deles, do cirurgião-mor Antônio José Pinto, inclui esta assustadora relação de instrumentos cirúrgicos: um serrote grande, um serrote pequeno, uma chave de dentes, duas facas retas, duas tenazes, uma unha de águia, dois torniquetes, uma chave inglesa e uma tesoura grande. (GOMES, 2017, p. 165).

A chegada da família real produziu uma revolução no Rio de Janeiro. O saneamento, a saúde, a arquitetura, a cultura, as artes, os costumes, tudo mudou para melhor, pelo menos para a elite branca que frequentava a vida na corte. Entre 1808 e 1822, a área da cidade triplicou com a criação de novos bairros e freguesias. A população cresceu 30% nesse período, mas o número de escravos triplicou, de 12 mil para 36 182. (GOMES, 2017, p. 166).

4.6 UMA CORTE QUE GASTAVA SEM CONTROLE NEM JUÍZO

A corte chegou ao Brasil empobrecida, destituída e necessitada de tudo. Já estava falida quando deixara Lisboa, mas a situação se agravou ainda mais no Rio de Janeiro. Entre 10 mil e 15 mil portugueses atravessaram o Atlântico com D. João. E todos dependiam do erário real ou esperavam do príncipe regente algum benefício em troca do sacrifício da viagem.

“Os novos hóspedes pouco se interessavam pela prosperidade do Brasil. Consideravam temporária a sua ausência de Portugal e propunham-se mais a enriquecer-se à custa do Estado do que a administrar justiça ou a beneficiar o público”, segundo o historiador Luiz Felipe Alencastro (apud GOMES, 2007, p.189). Era uma corte cara, que gastava sem controle nem juízo, e que jamais se mostrava contente com o que recebia.

Nos treze anos em que D. João viveu no Brasil, as despesas da má administrada e corrupta Ucharia Real, a despesa de onde saíam as refeições de D. João, mais do que triplicaram. Mesmo com os impostos altos o déficit crescia sem parar. No último ano, 1821, o buraco no orçamento tinha aumentado mais de vinte vezes, de 10 contos de réis para 239. Apesar disso, a corte continuou a bancar todo mundo. Onde achar dinheiro para sustentar tanta gente? GOMES, 2007, p.189).

A primeira solução foi obter um empréstimo da Inglaterra, no valor de 600 mil libras esterlinas. Esse dinheiro, usado em 1809 para cobrir as despesas da viagem e os primeiros gastos da corte no Rio de Janeiro, seria um pedaço da dívida de 2 milhões de libras esterlinas que o Brasil herdaria de Portugal depois da Independência.

Outra providência foi criar um banco estatal para emitir moeda. E assim nasceu o Banco do Brasil, em outubro de 1808. Para estimular a compra de ações do Banco do Brasil, a Coroa estabeleceu uma política de toma-lá-dá-cá. Os novos acionistas eram recompensados com títulos de nobreza, comendas e a nomeação para o cargo de deputado da Real Junta do Comércio, além da promessa de dividendos muito superiores aos resultados gerados pela instituição. Em troca, o príncipe regente tinha a disposição um banco para emitir papel-moeda à vontade, tanto quanto fossem as necessidades da corte recém-chegada. Quem era rico ou plebeu virou nobre. Quem era rico e nobre enriqueceu ainda mais.

A mágica funcionou durante pouco mais de dez anos. Em 1820, o novo banco já estava arruinado. Para piorar ainda mais a situação, ao retornar a Portugal, em 1821, D. João VI levou todas as barras de ouro e os diamantes que a Coroa mantinha nos cofres do banco, abalando definitivamente a credibilidade da instituição. Falido e sem chances de recuperação, o banco teve de ser liquidado, em 1829, sete anos depois da Independência. Foi recriado duas décadas e meia mais tarde, em 1853, já no governo do imperador Pedro II.

4.7 ENCONTRO DE DUAS NOBREZAS NO RIO DE JANEIRO

Os dois mundos que se encontraram no Rio de Janeiro, em 1808, tinham vantagens e carências que se complementavam. De um lado, havia uma corte que se julgava no direito divino de mandar, governar, distribuir favores e privilégios com a desvantagem de não ter dinheiro. De outro, uma colônia que já era mais rica do que a metrópole, mas ainda não tinha educação, refinamento ou qualquer traço de nobreza.

Três séculos após o descobrimento, o Brasil era uma terra de grandes oportunidades, típica das novas fronteiras americanas, onde fortunas eram construídas do nada e da noite para o dia. D. João precisava do apoio financeiro e político dessa elite rica em dinheiro, porém carente de prestígio e refinamento. Para

cativá-la, iniciou uma farta distribuição de honrarias e títulos da nobreza que se prolongaria até seu retorno a Portugal, em 1821. Apenas nos seus oito primeiros anos no Brasil, D. João outorgou mais títulos de nobreza do que em todos os trezentos anos anteriores da história da monarquia portuguesa. Quem podia pagar virava nobre.

Coube a essa nova nobreza socorrer D. João no seu aperto financeiro. Parte dela se tornou acionista do Banco do Brasil. Outra assinou as inúmeras listas de subscrição voluntária que circularam pelo Rio de Janeiro logo após a chegada da corte. Na primeira lista de subscrições, de 1808, a metade dos contribuintes era traficante de escravos, parte da nova nobreza criada por D. João no Brasil.

O encontro das duas nobrezas, a nova e rica com a velha e pobre, se dava nos inúmeros rituais que cercavam a realeza. Incluía concertos musicais, procissões, missas e outros cerimoniais religiosos.

Nada, porém, se comparava ao beija-mão. Era o momento em que o rei, acompanhado de toda a família real, abria as portas do palácio para que os súditos pudessem lhe oscular as mãos, prestar homenagens e fazer diretamente qualquer pedido ou reclamação. Todos tinham o direito de beijar a mão do rei, mesmo quem não era nobre nem fidalgo.

5 MUDANÇAS DE TIPO EUROPEU PARA UM MUNDO COLONIAL⁴

O Brasil, que por três séculos tinha sido uma terra misteriosa e proibida para os estrangeiros, agora se abria para o mundo. Vários desafios se apresentaram a Dom João, que não medira esforços para contorná-los.

5.1 ABERTURA DOS PORTOS AS NAÇÕES AMIGAS

Os portos brasileiros, onde até então só entravam navios de Portugal, estavam, finalmente, autorizados a receber embarcações de outros países. Essa liberdade de comércio se restringia à Inglaterra, que deveria ser, afinal, a principal favorecida de toda essa empreitada.

Figura 9 - Carta régia de abertura dos portos às nações amigas, de 28 de janeiro de 1808. Enfim a colônia rompia com o monopólio da metrópole.



Fonte: Biblioteca Nacional.

Em 1810, D. João assinou um tratado especial com o governo inglês que ampliava as liberdades concedidas pela abertura dos portos e dava novas vantagens à entrada dos produtos ingleses no Brasil. Como a Europa estava ocupada pelos exércitos de Napoleão, naquele momento nenhum outro país europeu tinha condições de comercializar com o Brasil. Vencedora da Batalha de

⁴ A base textual desse capítulo alinha-se com as ideias de Laurentino Gomes, em sua obra, “1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil”, que se encontra relacionada nas referências.

Trafalgar, em 1805, na qual as forças combinadas da Espanha e da França tinham sido aniquiladas pela esquadra de Lord Nelson, a Inglaterra era a única potência com livre trânsito nos mares. Era, portanto, a grande beneficiária das mudanças no Brasil.

A partir daí os portos brasileiros se viram atulhados de produtos ingleses, numa escala nunca antes imaginada. Chegava de tudo. Muitas coisas eram práticas e úteis, como tecidos de algodão, cordas, pregos, martelos, serrotes, fivelas de arreios e ferragens em geral. Mas havia também excentricidades, como patins de gelo e pesadas mantas de lã, artigos que ninguém imaginava como seriam usados sob o calor úmido e abafado dos trópicos.

Sem acesso ao mercado europeu, devido ao Bloqueio Continental imposto por Napoleão, a Inglaterra despachava tudo o que podia para o Brasil e outros países da América do Sul. Tudo era favorecido pelo fato de D. João, por ter escapado de Napoleão sob a proteção da Marinha Britânica, dever imensos favores à Inglaterra.

Além das vantagens comerciais, o tratado de 1810 deu aos ingleses prerrogativas especiais. Eles passaram a ter o direito de entrar e sair do país quando bem entendessem, fixar residência, adquirir propriedades e dispor de um sistema de justiça paralelo. D. João concedera aos britânicos o privilégio de cortar madeiras nas florestas brasileiras para a construção de navios de guerra.

5.2 HAVIA TUDO POR FAZER NO BRASIL

A colônia precisava de estradas, escolas, tribunais, fábricas, bancos, moeda, comércio, imprensa, bibliotecas, hospitais, sistemas de comunicação eficientes. Necessitava de um governo organizado que se responsabilizasse por tudo isso.

D. João não perdeu tempo. No dia 10 de março de 1808, quarenta e oito horas depois de desembarcar no Rio de Janeiro, organizou seu novo gabinete. Caberia a esse ministério criar um país a partir do nada.

Figura 10 - Dom João VI, Rei de Portugal, Brasil e Algarves (1767-1826).



Fonte: Biblioteca Nacional

Havia duas frentes de ação. A primeira, interna, incluiu as inúmeras decisões administrativas que D. João tomou logo ao chegar para melhorar a comunicação entre as províncias, estimular o povoamento e o aproveitamento das riquezas da colônia. A outra frente era externa. Visava ampliar as fronteiras do Brasil, numa tentativa de aumentar a influência portuguesa na América. Era também uma forma de punir os adversários europeus de Portugal, ocupando seus territórios e ameaçando seus interesses americanos.

No final de 1808, uma tropa de 500 soldados, brasileiros e portugueses, escoltada por uma pequena força naval, invadiu a Guiana Francesa e sitiou a capital, Caiena, cujo governador se rendeu sem resistência no dia 12 de janeiro. Era uma retaliação à invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão.

Uma segunda ofensiva seria a anexação da chamada Banda Oriental do Rio do Prata, atual território do Uruguai, em represália à aliança da Espanha com a França Napoleônica.

Ambas as ações tiveram vida curta. A Guiana seria devolvida à França oito anos mais tarde pelo Tratado de Viena, que redesenhou o mapa da Europa após a queda de Napoleão. Já o Uruguai, ocupado pelas tropas de D. João em 1817, conseguiria sua independência em 1828.

5.3 PRIMEIRAS MUDANÇAS NO BRASIL

Com o fracasso dos planos de expansão territorial, restou a D. João se concentrar na primeira e mais ambiciosa de suas tarefas: executar mudanças no Brasil para construir nos trópicos o sonhado império americano de Portugal.

As novidades começaram a aparecer num ritmo alucinante e teriam grande impacto no futuro do país. Na escala em Salvador, a decisão mais importante havia sido a abertura dos portos.

Na chegada ao Rio de Janeiro, foi a concessão de liberdade de comércio e indústria manufatureira no Brasil. A medida anunciada no dia 1º de abril, revogava um alvará de 1785, que proibia a fabricação de qualquer produto na colônia. Combinada com a abertura dos portos, representava, na prática, o fim do sistema colonial. O Brasil libertava-se de três séculos de monopólio português e se integrava ao sistema internacional de produção e comércio como uma nação autônoma.

Livres das proibições, inúmeras indústrias começaram a despontar no território brasileiro. A primeira fábrica de ferro foi criada em 1811, na cidade de Congonhas do Campo, pelo então governador de Minas Gerais, D. Francisco de Assis Mascarenhas, o Conde da Palma. Três anos mais tarde, já como governador da província de São Paulo, D. Francisco auxiliaria a construção de outra indústria siderúrgica, a Real Fábrica de São João de Ipanema, em Sorocaba. Em outras regiões foram erguidos moinhos de trigo e fábricas de barcos, pólvora, cordas e tecidos.

A abertura de novas estradas, autorizadas por D. João ainda na escala em Salvador, ajudou a romper o isolamento que até então vigorava entre as províncias. Sua construção estava proibida por lei desde 1733, com a desculpa de combater o contrabando de ouro e pedras preciosas. A navegação a vapor foi inaugurada em 1818.

Outra novidade foi a introdução do ensino leigo e superior. Antes da chegada da corte, toda a educação no Brasil colônia estava restrita ao ensino básico e confiada aos religiosos.

Ao contrário das vizinhas colônias espanholas, que já tinham suas primeiras universidades, no Brasil não havia uma só faculdade. D. João mudou isso ao criar uma escola superior de Medicina, outra de técnicas agrícolas, um laboratório de estudos e análises químicas e a Academia Real Militar, cujas funções incluíam o ensino de engenharia civil e mineração. Estabeleceu ainda o Supremo Conselho Militar e de Justiça, a Intendência Geral de Polícia da Corte (mistura de prefeitura com secretaria de segurança pública), o Erário Régio, o Conselho de Fazenda e o Corpo da Guarda Real. Mais tarde seriam criadas a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional, o Jardim Botânico e o Real Teatro de São João.

A Gazeta do Rio de Janeiro, o primeiro jornal publicado em território nacional, começou a circular no dia 10 de setembro de 1808, impresso em máquinas trazidas ainda encaixotadas da Inglaterra. Com uma ressalva: só se imprimia notícias favoráveis ao governo.

As transformações teriam seu ponto culminante em 16 de dezembro de 1815. Nesse dia, véspera da comemoração do aniversário de 81 anos da rainha Maria I, D. João elevou o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, e promoveu o Rio de Janeiro a sede oficial da Coroa. Havia dois objetivos na medida. O primeiro era homenagear os brasileiros que o haviam acolhido em 1808. O outro era reforçar o papel da monarquia portuguesa nas negociações do congresso de Viena, no qual as potências vitoriosas na guerra contra Napoleão discutiam o futuro da Europa. Com a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal, a corte do Rio de Janeiro ganhava direito de voz e voto no congresso, embora estivesse a milhares de quilômetros de Lisboa, a sede até então reconhecida pelos demais governos europeus.

5.4 ARTISTAS FRANCESES E A CRUZADA PARA MUDAR OS COSTUMES

Enquanto mandava abrir estradas, construir fábricas e escolas e organizar a estrutura de governo, D. João também se dedicava a promover as artes e a cultura, parecia decidido a mudar os hábitos da colônia, dando-lhes mais refinamento e bom gosto.

A maior dessas iniciativas foi a contratação, em Paris, da famosa Missão Artística Francesa. A missão chegou ao Brasil em 1816 e era composta por alguns dos mais renomados artistas da época, Jean Baptiste Debret.

O principal objetivo da missão francesa era a criação de uma academia de artes e ciências no Brasil. Esse plano nunca saiu do papel. Em vez disso, o que os franceses fizeram mesmo, foi paparicar o rei e a corte, que garantiam seu sustento nos trópicos.

Coube a eles organizar e ornamentar as grandes celebrações que a monarquia faria no Brasil nos quatro anos que antecederam a volta para Portugal e que incluíam o casamento de D. Pedro e a princesa Leopoldina, o aniversário, a aclamação e a coroação de D. João VI.

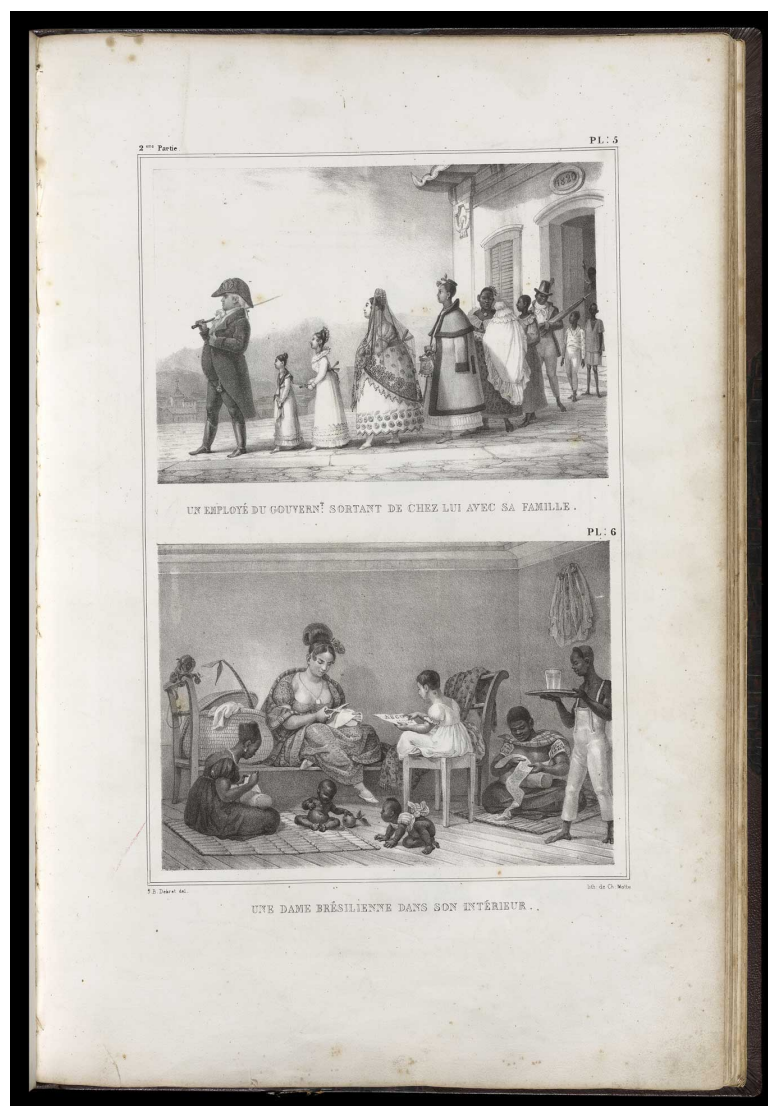
A música era, de longe, a arte preferida pela corte portuguesa no Rio de Janeiro. Os concertos eram realizados na própria capela e no recém-inaugurado Teatro São João, com 112 camarotes e lugares para 1 020 pessoas na plateia. O Rio de Janeiro, infelizmente para os exilados, nunca seria Londres ou Paris, mas os novos produziram efeito no comportamento dos seus moradores.

A maneira mais divertida de observar a sofisticação dos hábitos da sociedade carioca é ler os anúncios publicados na Gazeta do Rio de Janeiro a partir de 1808. No começo, oferecem serviços e produtos simples, reflexo de uma sociedade colonial ainda fechada para o mundo, que importava pouca coisa e produzia quase tudo que consumia.

De 1810 em diante, o tom e o conteúdo dos anúncios mudam de forma radical. Em vez de casas, cavalos e escravos, passam a oferecer pianos, livros, tecidos de linho, lenços de seda, champanhe, água-de-colônia, leques, luvas, vasos de porcelana, quadros, relógios e uma infinidade de outras mercadorias importadas. A influência francesa é marcante. As lojas do Rio de Janeiro estavam repletas de novidades que chegavam de Paris.

As roupas e os novos hábitos transplantados pela corte eram exibidos nas noites de espetáculos do Teatro São João e nas missas de domingo. Nessas ocasiões, um símbolo indiscutível de status era o número de escravos e serviçais que acompanhavam seus senhores pelas ruas. Os mais ricos e poderosos faziam questão de exibir as maiores comitivas, verdadeiros desfiles.

Figura 11 - Debret retrata escravos cercando a nobreza na cena pública e na vida privada: como adereço, como detalhe, como demonstração de riqueza e poder.



Fonte: Biblioteca Nacional.

No entanto, a cruzada para mudar os costumes encontrava um obstáculo na presença maciça dos escravos nas ruas da cidade. Malvestidos, os negros costumavam se reunir nas ruas e praças aos domingos e feriados para jogar, lutar capoeira e batucar. Quando cometiam algum delito, seus donos tinham a prerrogativa de mandar açoitá-los em praça pública.

Relatório do intendente em 1821 revela que um terço de todas as prisões de escravos no período estavam relacionadas a “crimes contra a ordem pública”, registrados nos boletins policiais sob o nome genérico de “desordens”.

Nada disso, na opinião de Paulo Fernandes Viana, era condizente com o novo patamar de elegância e refinamento que o Rio de Janeiro deveria ostentar com

a chegada da família real. Segundo o Intendente, numa cidade que abrigava uma corte, açoitar negros em praça pública era “verdadeiramente indecente”. Poderia provocar desnecessárias revoltas. Por isso, suas medidas incluíram a proibição de reunião de negros escravos em lugares públicos. (GOMES, 2017, p. 232).

No Rio de Janeiro da corte, a maioria da população andava armada. Pouca gente se arriscava a sair desacompanhada à rua depois do anoitecer. Pedradas eram um tipo de agressão muito comum. Um grande número de escravos era preso por desferir pedradas em pessoas que simplesmente passavam pela rua.

5.5 INVASÃO ESTRANGEIRA SEM PRECEDENTES

No começo do século XIX, a colônia brasileira era o último grande pedaço habitado do planeta ainda inexplorado pelos europeus que não fossem portugueses. Embora holandeses e franceses já tivessem ocupado por breves períodos trechos do litoral de Pernambuco e do Rio de Janeiro, respectivamente, o interior do país permanecia como uma vasta terra desconhecida.

A proibição de acesso imposta pelos portugueses tornava a colônia ainda mais misteriosa, devido aos rumores que circulavam na Europa. Na fantasia do velho continente, imensas riquezas minerais dormiam escondidas no nosso subsolo, e éramos uma terra com nada mais do que infindáveis florestas tropicais repletas de plantas e animais exóticos, e índios que ainda viviam na Idade da Pedra.

A chegada da corte e a abertura dos portos mudou tudo isso de um momento para outro. O resultado foi uma invasão estrangeira sem precedentes.

Existem algumas imagens que volta e meia aparecem nos relatos dos inúmeros estrangeiros que visitaram o Brasil no começo do século XIX. A primeira é de uma colônia preguiçosa e descuidada, sem vocação para o trabalho, viciada por mais de três séculos de produção extrativista. Outra imagem muito frequente nesses relatos dos viajantes é a do analfabetismo, da falta de cultura e instrução.

Para as ciências, a abertura dos portos e o fim da proibição de acesso ao Brasil representou um salto quântico. O país que se abria aos geógrafos, botânicos, geólogos e etnógrafos era um laboratório imenso, riquíssimo e repleto de novidades.

5.6 PORTUGAL FICA À DERIVA

Os treze anos em que D. João VI permaneceu no Rio de Janeiro foram de fome e grandes sofrimentos para o povo português. Sabendo que seriam o primeiro alvo dos ataques franceses, agricultores abandonaram suas propriedades e fugiram para a capital. Quem já estava em Lisboa, correu antes de mais nada para comprar comida. Depois se trancou dentro de casa.

Quando as tropas exaustas e maltrapilhas de Junot entraram na capital, as ruas estavam desertas. Logo em seguida, começou o saque da cidade. As bagagens e cargas deixadas no cais durante a apressada fuga da corte foram confiscadas. Lojas e casas, arrombadas. Os preços dos alimentos dispararam. A moeda se desvalorizou em 60%. As casas de câmbio fecharam por falta de dinheiro em circulação.

Sentindo-se enganado pela fuga da corte para o Brasil, Napoleão impôs a Portugal punições duríssimas. A primeira foi uma indenização de guerra no valor de 100 milhões de francos, equivalente hoje a cerca de 400 milhões de euros ou 1,2 bilhão de reais, que o país, na situação de penúria em que se encontrava, jamais teria condições de pagar.

Confiscou as propriedades de todos os portugueses que haviam partido com o príncipe regente, incluindo as terras e os palácios reais. A prataria das igrejas, que, na apressada fuga, ficara abandonada no cais, foi derretida. Parte dos 40 mil soldados do exército português foi incorporada às tropas francesas e despachada para a Alemanha, onde seria dizimada em 1812, durante a fracassada tentativa de invasão da Rússia por Napoleão.

O governo provisório nomeado por D. João no dia da partida foi destituído e substituído por um conselho administrativo sob as ordens do general Junot. Como o imperador francês havia prometido meses antes, a própria dinastia real de Bragança foi declarada extinta.

5.7 OS LUSOS RESISTEM E SOFREM

Os nobres portugueses que permaneceram em Lisboa procuraram aderir rapidamente ao conquistador, uma numerosa delegação da elite portuguesa foi à cidade de Bayonne, na França, prestar homenagens a Napoleão.

Atitude bem diferente foi a do povo português, que tinha tudo a perder e nada a ganhar com a invasão francesa. Sem a opção de fugir, como fizera o príncipe

regente, ou bajular, como fazia a elite remanescente, os portugueses comuns resistiam ao invasor. Motins e sublevações populares irromperam por toda parte.

Entre 1807 e 1814, Portugal perdeu meio milhão de habitantes. Um sexto da população pereceu de fome, ou nos campos de batalha, ou simplesmente fugiu do país. Nunca, em toda a sua história, o país havia perdido um número tão grande de habitantes em tão pouco tempo.

“Portugal ficou num estado lamentável de penúria”, escreveu o historiador inglês Sir Charles Oman. “Com seus portos bloqueados, era impossível vender vinhos para seus antigos compradores ingleses ou manufaturas para os colonos brasileiros”. O desemprego tomou conta de Lisboa. Famintos, os moradores migraram em bando para o interior do país, em busca do que comer. A capital ficou deserta. (GOMES, 2017, p. 309).

Graças à resistência obstinada de portugueses e espanhóis, a Inglaterra conseguiu, finalmente, furar o Bloqueio Continental imposto por Napoleão e iniciar a série de campanhas vitoriosas de Guerra Peninsular que, mais tarde, resultaria na queda definitiva do imperador francês em Waterloo. Portugal não se beneficiou de imediato dessas vitórias.

Os bens saqueados pelos franceses não seriam devolvidos aos seus proprietários originais, vítimas da invasão, mas simplesmente repassados aos novos ocupantes, os ingleses.

O acordo causou revolta geral em Portugal e, mais tarde, foi parcialmente revogado pelo Parlamento britânico, que julgou excessivamente injusto para os portugueses. A insatisfação era resultado menos das humilhações que o país sofrera na guerra e mais dos crescentes privilégios assegurados por D. João a ingleses e brasileiros depois da mudança para o Rio de Janeiro.

Do ponto de vista dos portugueses, a situação era insustentável. Eles tinham ficado com todo o ônus da mudança, cabendo ao Brasil e à Inglaterra todos os benefícios. A abertura dos portos da antiga colônia, em 1808, haviam sido golpes duríssimos para os comerciantes portugueses, que quase foi à falência.

Em Portugal, alimentava-se a esperança de que, terminada a guerra, o tratado seria revogado e a corte retornaria a Lisboa. Não aconteceu uma coisa nem outra. O tratado continuaria em vigor ainda por muito tempo. E o príncipe regente não pensava em voltar tão cedo a Portugal. Depois de 1810, ele já não era mais

forçado a viver no Brasil. Ficou porque preferia assim. Nesse ano, as últimas tropas francesas haviam sido expulsas de Portugal.

D. João sabia que, se o império português tinha algum futuro, suas chances de sobrevivência estavam mais no Brasil do que em Portugal. Por isso, resistiu enquanto pôde às pressões para retornar.

5.8 DOM JOÃO DECIDE VOLTAR

A principal exigência, no entanto, era a volta do rei a Portugal. No Rio de Janeiro, o chamado Partido Português, integrado por militares de alta patente, funcionários públicos e comerciantes interessados em restabelecer o antigo sistema colonial e os privilégios da metrópole, também defendia o retorno.

D. João VI enfrentava um dilema insolúvel, que dizia respeito ao futuro do próprio império português. Se voltasse a Portugal, poderia perder o Brasil, que, seguindo o caminho das vizinhas colônias espanholas, acabaria por declarar a sua independência. Se, ao contrário, permanecesse no Rio de Janeiro, perderia Portugal.

De início, D. João cogitou a hipótese de enviar a Portugal o príncipe herdeiro, D. Pedro, enquanto ele próprio permaneceria no Brasil. Não queria ir por duas razões. A primeira é que se sentia mais à vontade no Brasil, onde havia chegado com apenas dez anos e tinha todos os seus amigos e conselheiros. A segunda é que sua mulher, a princesa Leopoldina, estava nas últimas semanas de gravidez e poderia ter o filho em alto-mar, uma situação de alto risco para a época.

5.9 O RETORNO DE DOM JOÃO A PORTUGAL

Na noite de 24 de abril de 1821, um cortejo fúnebre atravessou em silêncio as ruas do Rio de Janeiro. Transportava para a câmara ardente de uma fragata ancorada no porto os restos mortais da rainha D. Maria I, falecida em 1816. D. João VI acompanhou a procissão. Era o ato final da corte portuguesa no Brasil.

Dois dias mais tarde, o rei partia do Rio de Janeiro, contra a sua vontade e sem saber exatamente o que o esperava em Portugal. Deixaria para trás um país completamente mudado, que o acolhera com tanta alegria treze anos antes e no qual o processo de independência era já previsível e inevitável.

Tão certa era essa possibilidade que, poucas horas antes da cerimônia fúnebre do dia 24, D. João chamou o filho mais velho e herdeiro da coroa, então com 22 anos, para uma última recomendação. Foi quando pronunciou a famosa frase: “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para alguns desses aventureiros.” (GOMES, 2017, p. 319).

D. João VI, o último rei absoluto de Portugal e do Brasil, aceitava, sim, jurar e assinar a Constituição, que tirava parte de seus poderes. Assim, D. João partiu do Rio de Janeiro cinco dias depois, em 26 de abril. Sua comitiva incluía cerca de 4 mil portugueses, um terço do total que o havia acompanhado na fuga para o Rio de Janeiro, treze anos antes. Conta-se que o rei embarcou chorando. Se dependesse apenas de sua vontade, ficaria no Brasil para sempre.

O retorno da corte deixou o Brasil à míngua, às vésperas de sua Independência. Ao embarcar, D. João VI raspou os cofres do Banco do Brasil e levou embora o que ainda restava do tesouro real que havia trazido para a colônia em 1808.

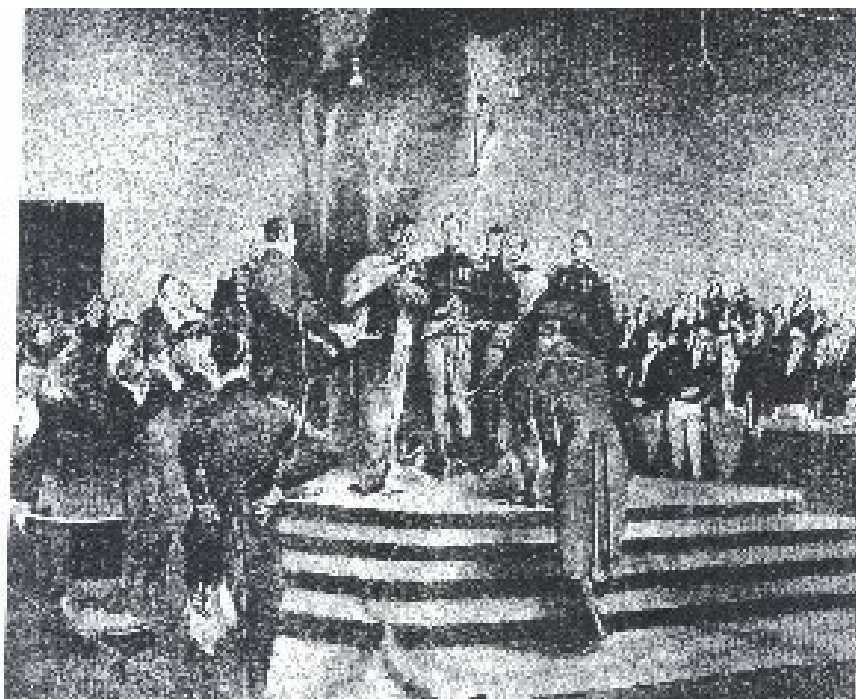
D. João VI chegou a Lisboa no dia 03 de julho, depois de 68 dias de viagem, tão vulnerável como quando havia partido. Quando saíra, em 1807, era refém da Inglaterra e fugitivo de Napoleão. Agora, tornava-se novamente refém, desta vez, das Cortes Portuguesas.

Figura 12 - Desembarque de D. João VI em Lisboa, em 4 de julho de 1821: homenagens e demonstrações cruzadas de poder.



Fonte: Biblioteca Nacional. Gravura de Constantino

Figura 13 - Juramento de D.João VI ao chegar de regresso do Brasil: uma nova ordem.



Fonte: Biblioteca Nacional. Autor: Columbano.

5.10 UM NOVO BRASIL?

Enquanto esteve preso em Santa Helena, Napoleão ditou suas memórias, nas quais fez um balanço da vida e da carreira militar, com suas conquistas e derrotas. Para D. João VI reservou uma só frase, lacônica: “foi o único que me enganou”. Num espaço de apenas uma década e meia, o Brasil deixou de ser uma colônia fechada e atrasada para se tornar um país independente.

A preservação da integridade territorial foi uma grande conquista de D. João VI. Sem a mudança da corte portuguesa, os conflitos regionais teriam se aprofundado, a tal ponto que a separação entre as províncias seria quase inevitável. Não seríamos este país continental de hoje, mas teríamos o território dividido em diferentes nações. Graças a D. João VI, o Brasil se manteve como um país de dimensões continentais, que hoje é o maior herdeiro da língua e da cultura portuguesas.

Além disso, para reforçar, lembra-se que a transferência da sede do Reino de Portugal trouxe mudanças significativas ao Rio de Janeiro, que em 1808

tinha cerca de 60 mil habitantes. Entre estas destacamos: as ruas do centro da cidade foram pavimentadas; criação do Banco do Brasil, em 12 de outubro de 1808; início da atividade da Imprensa Régia, em 1810; abertura da Academia Real Militar, em 1810; inauguração da primeira biblioteca em solo nacional, a Real Bibliotheca (atual Biblioteca Nacional), em 1811.

Na economia, como já abordado, a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, em 1808, deu um significativo impulso tanto nas exportações como na importação, posto que acabou com o monopólio até então reinante, de que só para Portugal podíamos enviar nossas riquezas.

6 CONCLUSÃO

A vinda da família real portuguesa para o Brasil, marcou principalmente na evolução política, de colônia para a situação de reino. No período de 13 anos em que a coroa portuguesa permaneceu por aqui, Dom João VI fez muitas mudanças tanto em relação ao modo de viver de seu povo, costume, cultura, e também conseguiu preservar a integridade territorial conquistada por Dom João VI, fazendo com que o Brasil se torne um país. Não fosse ele, o território seria dividido em diferentes nações e não seríamos um país continental que somos hoje.

O Brasil, em exceção, foi o único país em que a realeza se manteve no governo, mesmo após ter deixado de ser colônia. Dom João VI foi o único príncipe regente daquela época que conseguiu enganar Napoleão Bonaparte, fazendo-o crer até os últimos momentos, que o monarca lusitano iria ceder seu trono ao Imperador francês. Sobre isso, nos seus últimos dias de vida, escreveu uma carta dizendo em uma frase lacônica: “foi o único que me enganou”.

Com esta pesquisa, aprendemos a entender melhor como em tão pouco tempo, um príncipe, sem tanta experiência em governar, conseguiu transformar uma colônia, extrativista e mercantilista, em um reino continental, que manteve a integridade territorial da época colonial. O Brasil libertava-se de três séculos de monopólio português e se integrava ao sistema internacional de produção e comércio como uma região autônoma.

Desde que entrei no Curso de História, este assunto abordado na monografia, sempre me chamou a atenção. Por isso, fiz uma viagem para o Rio de Janeiro, em especial, a Biblioteca Nacional e a Quinta da Boa Vista. Foi uma forma de vivenciar ou de sentir uma época que formou nossa história.

Tive a oportunidade de visitar diversos locais no Rio de Janeiro por onde a Monarquia passou, se instalou e exerceu sua influência. Foi fascinante, pois me deparei com informações surpreendentes. A História da Biblioteca Nacional, o investimento em Universidades, cultura, artes, Jardim Botânico, o Palácio da Quinta da Boa Vista, que transformou-se em Museu Nacional e que, infelizmente foi “devorado” pelo fogo, devido ao descuido do governo, e que ainda tive a oportunidade de visitá-lo dias antes deste trágico acontecimento, quando mais de 20 milhões de obras e a História do Brasil e do mundo transformaram-se em cinzas.

Em especial esta visita, trouxe a real noção do quanto nosso país é carregado de uma história muitas vezes desconhecida pela maioria de nosso povo, carente de conhecimentos, despreocupados em aprofundar seus estudos, talvez por falta de incentivo e da adequada preservação do patrimônio histórico que possuímos, quer seja de nossa cidade, estado ou nação.

Como sugestão para novos estudos, recomendamos abordar de forma mais profunda e detalhista o período que sucedeu ao governo de Dom João, através de seu filho Dom Pedro I e seu Neto, Dom Pedro II, que também deixaram marcas profundas no Brasil, como por exemplo, a Independência do Brasil de Portugal e a assinatura da Lei Áurea, respectivamente.

REFERÊNCIAS

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo. Editora Planeta do Brasil, 2007.

_____. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil imperial**. 3. ed. Porto. Alegre, Mercado Aberto, 1987. 116p. (Revisão, 8).

MARTINS, Ismênia; MOTTA, Márcia. **1808**: a Corte no Brasil. Rio de Janeiro: EDUFF, 2015.

MOTTA, Alexandre de M. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**: o que é importante saber para elaborar a monografia jurídica e o artigo científico. Tubarão: Copiart, 2012.

NORTON, Luís. **A Corte de Portugal no Brasil**. São Paulo, Ed. Nacional, 1979.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo Cesar; COSTA, Ângela Marques da. **A longa viagem da biblioteca dos reis**: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. São Paulo: Editora Companhia das letras, 2002.